

A CIDADE NÃO PARA¹: uma análise comparativa das dinâmicas migratórias na Região Metropolitana de Campinas (RMC) entre as décadas de 2000 e 2010

Palavras-Chave: Mobilidade intrametropolitana, Dinâmicas migratórias, Desigualdades socioespaciais

Autores(as):

Rafael Malaman Pflieger, IFCH – UNICAMP

Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota (orientador), IFCH/NEPO - UNICAMP

INTRODUÇÃO

A trajetória das migrações no Brasil ao longo do século XX e início do XXI reflete transformações estruturais marcadas pela urbanização, industrialização e reorganização espacial da população. Inicialmente centradas em deslocamentos de longa distância, especialmente em direção ao Sudeste, como parte de um movimento “centrípeto” (Cunha, 2015, p. 302), as migrações passaram a priorizar percursos mais curtos e intraurbanos nas últimas décadas. Esse padrão acompanha a consolidação de novas dinâmicas econômicas e demográficas, com destaque para a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular (de vaivém) para trabalho e/ou estudo (Dota, 2015; Cunha *et al.*, 2013). O ciclo migratório do século XX foi intensamente impulsionado pela industrialização e formação dos diversos tipos de mercados internos (Baeninger, 2011), culminando na urbanização acelerada nas décadas de 1950 a 1970, com um grande volume de migrações internas no país, principalmente entre Nordeste e outras grandes regiões, principalmente a Sudeste, com destino majoritário a São Paulo (Cunha, 2015). A partir da década de 1980, observa-se uma descentralização dos fluxos, com crescimento da migração de retorno, da mobilidade urbana-urbana e dos deslocamentos curtos, intraestaduais e intermunicipais (Baeninger, 2011; Dota; Queiroz, 2019). Nesse contexto, a migração intraurbana e intermunicipal torna-se a principal responsável pela expansão das periferias em torno das grandes cidades brasileiras, evidenciando a centralidade local (Matos, 2005), enquanto a “migração interestadual vem ganhando novas feições e até menor relevância” (Baeninger, 2012, p. 282).

A migração de curta distância e a mobilidade residencial² contemporânea é fortemente influenciada pelo ciclo de vida familiar e por dinâmicas habitacionais, com famílias de baixa renda sendo empurradas para áreas periféricas por falta de acesso à moradia bem localizada em termos de legislação e questões ambientais do tecido urbano (Matos, 2005). A produção imobiliária e as políticas públicas moldam esse processo, consolidando desigualdades históricas (Villaga, 2001; Delcol, 2016). Nesse cenário, a Macrometrópole Paulista (MMP) destacava-se como exemplo expressivo, sendo a Região Metropolitana de Campinas (RMC) um dos principais casos de alta de mobilidade interna, como observou o trabalho de Cunha *et al.* (2013). Em 2010, a RMC registrava o segundo maior volume de deslocamentos pendulares para trabalho na MMP (311.992), com 97,4% desses realizados internamente (Cunha *et al.*, 2013). Municípios como Hortolândia e Sumaré transformaram-se em cidades-dormitório³, com crescimento expressivo da mobilidade pendular e expansão residencial vinculada à lógica periférica. Sintetizando o novo olhar aos estudos da migração brasileira após as grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas, Baeninger (2012, p. 282) conclui que “chega-se ao século XXI com um quadro econômico, social e demográfico bem distinto do século anterior”, evidenciando o predomínio de trajetórias migratórias fragmentadas, de curta distância, e espacialmente desiguais, movimentadas por questões como a idade, o sexo, a família, a renda (Módenes, 2008; Aparicio; Dota, 2025) e a cor ou a raça.

Dessa forma, a evolução das migrações no Brasil pode ser vista como um processo em que os grandes fluxos históricos da migração rural-urbana e interestadual deram lugar, no século XXI, a uma vasta rede de movimentos, representando a complexidade crescente das migrações de curta distância. As regiões metropolitanas, como a de Campinas, se tornam uma malha densa de diversos deslocamentos, onde a proximidade geográfica esconde as profundas desigualdades socioespaciais que impulsionam e moldam a vida de milhões de pessoas. Procura-se analisar comparativamente dinâmicas migratórias na RMC com o uso de dados amostrais dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de modo a compreender possíveis efeitos do tempo nos processos e agentes que envolvem ou não essas migrações.

¹ cf. A Cidade (1994).

² Utiliza-se aqui o conceito da mesma maneira que Dota (2015, p. 5-6), tendo a ideia de mobilidade residencial como “a mudança de domicílio entre os municípios da própria RM, visto que vários outros aspectos, como o trabalho e as redes sociais, de suma relevância, podem ser mantidos e influenciar na escolha locacional” entre origem e destino.

³ Cidades-dormitório estão tipicamente localizadas à margem do destino de trabalho ou estudo, como o caso de Campinas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem multidimensional para investigar as dinâmicas migratórias, socioespaciais e econômicas da Região Metropolitana de Campinas. Com base em dados secundários quantitativos, as etapas metodológicas foram organizadas em torno de três eixos principais: movimentos no espaço (migração e trabalho), composição das populações nas dinâmicas migratórias e possíveis resultados destes movimentos. Esses eixos foram explorados por meio da análise descritiva de dados das pesquisas censitárias de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de seu georreferenciamento, bem como, de uma revisão bibliográfica.

Destaca-se a capacidade do Censo de identificar fluxos migratórios por meio das perguntas sobre residência anterior e residência cinco anos antes do Censo para população maior de cinco anos na data de referência da pesquisa, que permitem mapear os movimentos populacionais internos (nesse caso, intermunicipais). Tais informações possibilitam a análise de tendências de deslocamento e a identificação das principais áreas de origem e destino das mobilidades analisadas, apresentando fatores como condições econômicas e composições sociodemográficas variadas de migração e movimentos cotidianos para trabalho.

No aspecto dos dados quantitativos, o Censo Demográfico Brasileiro é a principal fonte de dados para pesquisas sobre migração devido à riqueza, variedade e profundidade de informações que fornece sobre os movimentos populacionais, ainda que sujeita à avanços e retrocessos ao longo do tempo (Rigotti, 2010). O Censo oferece informações detalhadas sobre características demográficas, como idade, sexo e local de nascimento, além de informações socioeconômicas, como escolaridade, ocupação e renda. Esses dados permitem traçar o perfil dos migrantes e compreender os impactos sociais da migração na RMC.

A realização de análises comparativas entre os Censo Demográfico de 2000 e 2010 permite identificar mudanças nas dinâmicas migratórias da RMC ao longo do tempo. A possibilidade de análise em diferentes escalas territoriais, desde o nível individual até o metropolitano, por sua vez, permite uma compreensão mais integrada da RMC como um sistema de cidades dinâmico e interligado.

Para isso, variáveis específicas do Censo Demográfico de 2000 e 2010 foram selecionadas para se obter informações da pesquisa em cada ano da coleta da amostra da população com mais de cinco anos de idade:

- Município de moradia 5 anos antes: V4250 (1995 em 2000) e V5264 (2005 em 2010)
- Município de trabalho: V4276 (2000) e V6604 (2010)
 - Em 2000 a variável somava o município de trabalho e estudo. Para Seleção apenas dos municípios de trabalho selecionou-se os casos de pessoas que responderam na variável V0429 - Frequenta escola ou creche: 3 - Não, já frequentou ou 4 - Nunca frequentou.
- Características pessoais: V4752 (2000) e V6036 (2010) - Idade (em anos), V0401 (2000) e V0601 (2010) - Sexo, V0408 (2000), V0606 (2010) - Cor ou raça e V0447 (2000) e V0648 (2010) - Neste trabalho era.
- Características domiciliares: V0205 (2000) e V0201 (2010) - Condição de ocupação do domicílio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando um panorama às migrações na RMC entre as décadas, os mapas da Figura 1 ilustram uma centralidade de Campinas como principal polo de emigração em ambos os períodos, com volume superior a 5.000 migrantes em cidades como Hortolândia, Sumaré, Paulínia e Valinhos. Entre 1995 e 2000, entretanto, os fluxos eram mais concentrados em direções específicas, enquanto no período de 2005 a 2010 observa-se uma maior complexificação e dispersão das rotas migratórias, indicando novos destinos nas dinâmicas de mobilidade populacional e expansão periférica, como em Hortolândia, que parece emergir como importante emissor e receptor de fluxos, acompanhados pela crise habitacional recorrente em Campinas (Delcol, 2016).

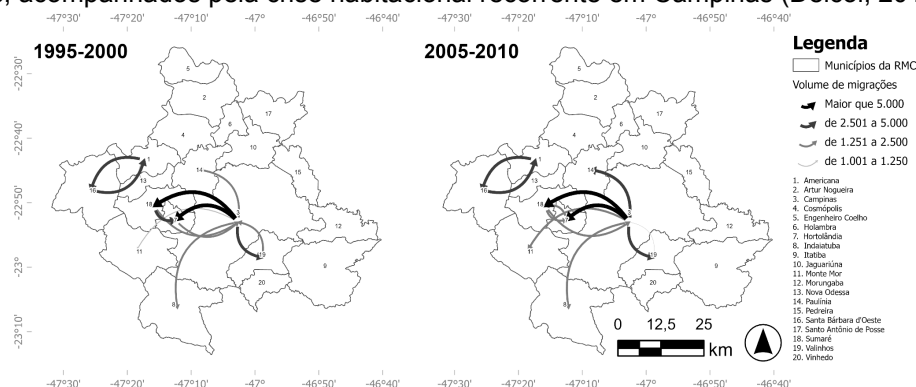


Figura 1 – Volume de migrações na Região Metropolitana de Campinas – Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Em relação ao trabalho, chave nos processos de compreensão da migração (Módenes, 2008; Cunha et al., 2013), nos mapas da Figura 2 há a centralidade de Campinas como principal polo de atração populacional

para o mercado laboral, com fluxos superiores a 15.000 pessoas vindas, principalmente, de Hortolândia, Sumaré e Valinhos.

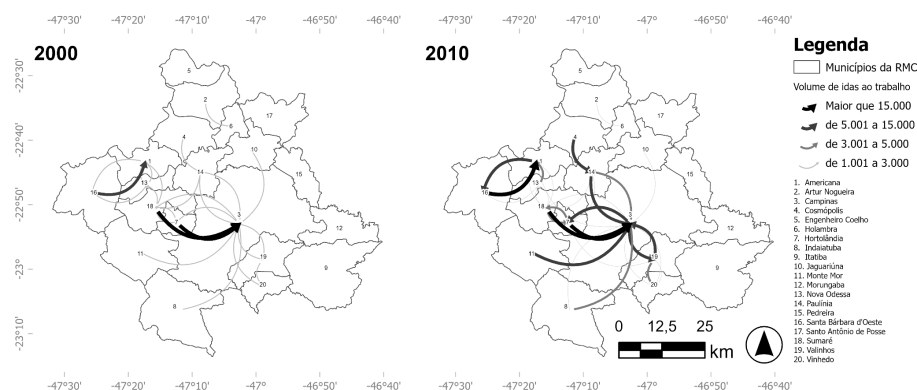


Figura 2 – Volume de idas ao trabalho na Região Metropolitana de Campinas – Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Esses fluxos intensos sugerem uma forte dependência funcional dos municípios em relação ao centro regional. No entanto, entre 2000 e 2010 observa-se um aumento da intensidade e da dispersão dos fluxos, indicando uma dispersão urbana para os entornos de Campinas e uma maior articulação entre os municípios da RMC. Hortolândia e Sumaré mantêm-se como grandes espaços de origem da força de trabalho e a elevação dos deslocamentos entre múltiplos municípios evidencia que o emprego se descentraliza parcialmente de Campinas, como em Americana e Santa Bárbara d'Oeste. Esse é o reflexo de processos combinados de expansão urbana, valorização imobiliária e distribuição desigual de oportunidades de emprego, o que reforça desigualdades espaciais e pressiona os sistemas de transporte e infraestrutura. Aqui, apesar dos diferentes destinos de habitação, quando olha-se os fluxos de trabalho, nota-se, como Santos (2010), que “a periferia está no centro”.

Na composição sociodemográfica das migrações e da força de trabalho pode-se observar mudanças importantes nas últimas décadas. As pirâmides etárias da Figura 3 demonstram que os migrantes recentes concentram-se majoritariamente na população em idade ativa (15 a 64 anos), sobretudo entre 20 e 34 anos, com ligeira predominância feminina em ambos os períodos. Essa concentração reforça a hipótese de que os fluxos migratórios são impulsionados por fatores ligados ao mercado de trabalho, à busca por oportunidades e à expansão urbana. Entre 2000 e 2010 observa-se uma diminuição da base da pirâmide da população geral e que sempre morou no município, principalmente entre de crianças e adolescentes, propondo um destaque à migração na vida dessas populações, cuja estabilização ocorre em idades mais avançadas. Como isso, nota-se um alargamento em ambas as pirâmides dos grupos acima de 60 anos. A comparação entre os dois períodos revela que a migração recente continua sendo predominantemente jovem e adulta, com menor representação nas faixas etárias mais elevadas, que ganha destaques na população geral e que sempre morou no município.

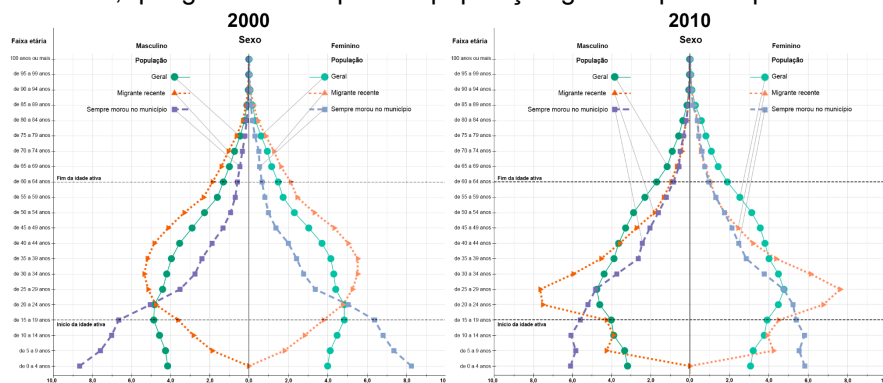


Figura 3 – Pirâmides etárias da população por condição migratória na Região Metropolitana de Campinas – Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Observa-se, assim, as dinâmicas migratórias e suas relações com o espaço, a idade e o sexo. Ao analisar uma região historicamente ligada à escravidão, onde 40% da população de Campinas era escravizada em 1872 (Biano; Gaudio, 2024), faz-se necessário avaliar criticamente a composição dessa população migrante na RMC no que diz respeito à sua caracterização por cor ou à raça. Entre 2000 e 2010 (e há muito tempo), a região manteve a hegemonia da população branca, mas a análise por condição migratória na Figura 4 revela nuances importantes. É importante ter em mente que os dados mostram partes diferentes da população (geral, migrantes recentes e sempre morou no município), por isso não somam um todo. A comparação entre eles serve para entender padrões relativos e diferenças na migração por cor ou raça, mas não indica mudanças absolutas entre os grupos. Observa-se que a população branca que sempre morou no município é a mais expressiva entre todas, indicando maior imobilidade e possível enraizamento territorial, enquanto a população parda perde proporção. No entanto, essa lógica se inverte quando se observa a população de migrantes recentes: os pardos passam a ocupar uma parcela significativa, quase maioria em Engenheiro Coelho em 2010, com 0,3% de

diferença de proporção entre população branca e parda. Aqui a população branca aparece em menor proporção entre os migrantes recentes, o que pode refletir barreiras à mobilidade relacionadas a fatores como envelhecimento, maior ocupação de imóveis próprios ou vínculos mais estáveis com o mercado de trabalho, como apontam Champion, Cooke e Shuttleworth (2017). Observam-se aqui padrões seletivos e racializados tanto de mobilidade, quanto de permanência, atravessados por diferenças proporcionais significativas.

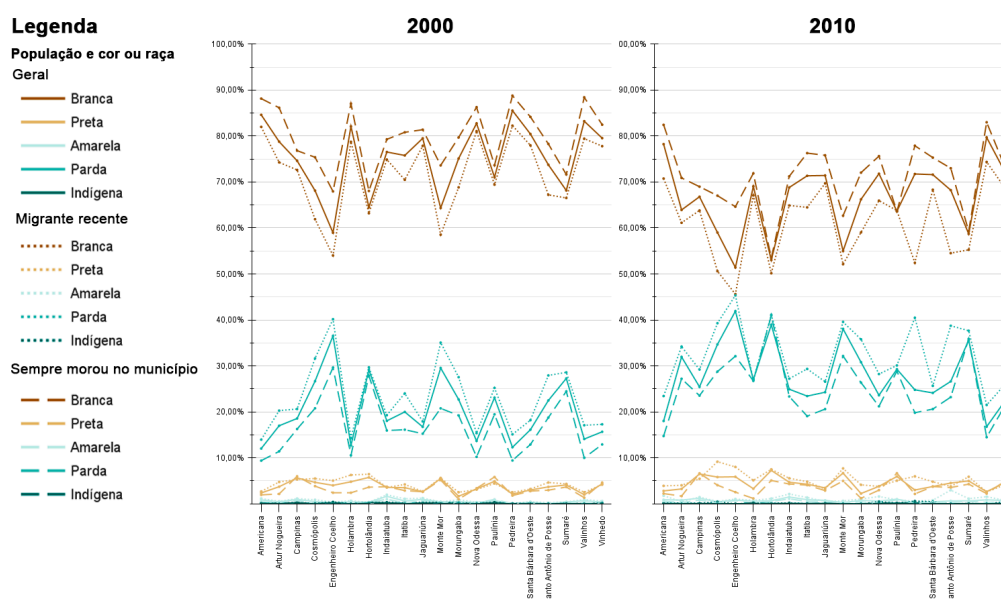


Figura 4 – Distribuição da população por cor ou raça, condição migratória e município na Região Metropolitana de Campinas – 2000 e 2010 – Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração própria.

A análise da Figura 5 contribui para o debate e ilustra padrões distintos de inserção ocupacional e habitacional segundo a cor ou raça declarada, evidenciando desigualdades estruturais persistentes no espaço urbano. A população branca, em 2000 e 2010, aparece majoritariamente vinculada a formas mais estáveis de trabalho, como o emprego com carteira assinada, e a condições residenciais consolidadas como domicílio próprio já pago. Esses elementos sugerem maior estabilidade socioeconômica e menor necessidade de mobilidade residencial forçada. Em contraste, as outras populações, como a parda, apresentam inserção mais precária, com predominância em vínculos ocupacionais informais, como trabalho por conta própria e sem carteira assinada, e em formas de moradia intermediárias ou precárias, como domicílios ainda em processo de pagamento e alugados (este que torna-se grande maioria entre migrantes recentes de 2010). Tal cenário indica maior vulnerabilidade social e maior propensão à mobilidade residencial ou não, muitas vezes associada a condições de instabilidade econômica (Matos, 2005; Dota, 2015; Dota; Queiroz, 2019). A sobreposição dessas dimensões evidencia como a estrutura social urbana está profundamente marcada por desigualdades raciais que influenciam a capacidade de permanência ou deslocamento dos diferentes grupos no território metropolitano.

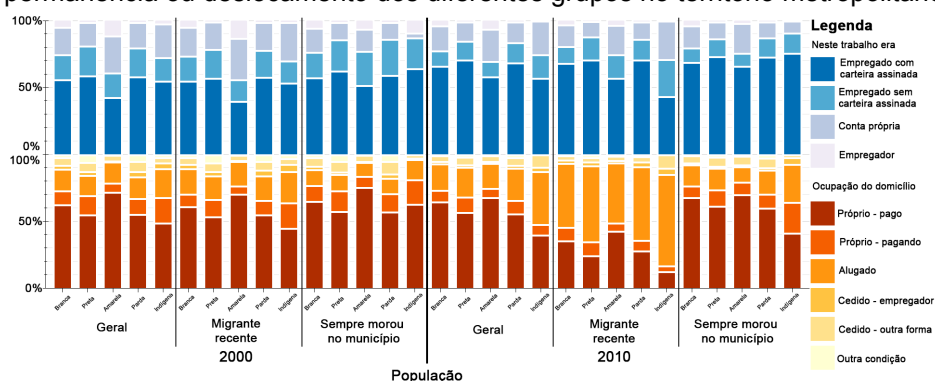


Figura 5 – Distribuição das condições de trabalho e ocupação do domicílio da população por cor ou raça e condição migratória na Região Metropolitana de Campinas – 2000 e 2010 – Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração própria.

CONCLUSÕES

A análise das dinâmicas migratórias e socioespaciais da Região Metropolitana de Campinas revela transformações profundas no padrão de mobilidade populacional, refletindo tanto as mudanças estruturais da economia brasileira quanto os efeitos da urbanização desigual localizada. Ao longo das últimas décadas, observa-se a substituição dos fluxos migratórios de longa distância por mobilidades intraurbanas e intrametropolitanas, caracterizadas pela intensificação dos deslocamentos pendulares e pela expansão periférica

de cidades-dormitório, questões estas observadas de modo geral no território da RMC por meio de certos tipos de variáveis por meio dos dados da amostra do Censo Demográfico de 2000 e 2010, reforçando suas possibilidades, mesmo que limitadas, como a data fixa de cinco anos para dados migratórios que impossibilita noções mais próximas do presente.

Tais processos observados evidenciam uma crescente complexidade nas interações entre residência e trabalho, moldadas por desigualdades de renda e cor ou raça, legados históricos da região metropolitana de um município palco de inúmeros movimentos essenciais à escravidão brasileira. Embora a metropolização tenha ampliado as oportunidades de emprego e promovido certa descentralização funcional, ela também reforçou padrões de segregação socioespacial e de exclusão, tornando ainda mais urgente o planejamento integrado e inclusivo. Assim, compreender essas dinâmicas é fundamental para orientar políticas públicas que promovam maior equidade territorial e social nas metrópoles brasileiras, onde o direito ao trabalho e moradia sejam exercidos de maneira digna.

BIBLIOGRAFIA

A CIDADE. Intérprete: Chico Science; Nação Zumbi. Compositor: Chico Science. In: **Da Lama ao Caos**. [S.l.]: CHAOS, 1994. 1 CD, faixa 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WVT1XskxUZk>. Acesso em: 13 jul. 2025.

APARICIO, Cimar Alejandro Prieto; DOTA, Ednelson Mariano A dinâmica familiar como condicionante da mobilidade residencial no espaço metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 41, 2025. DOI: 10.20947/S0102-3098a0277. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/2415>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade Espacial da População**. Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Unicamp/Nepo, 2011. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

BIANO, Gustavo; GAUDIO, Marcelo. Quatro em cada 10 moradores de Campinas eram escravizados em 1872, mostra 1º Censo do Brasil. **G1, Campinas e Região**, 24 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/11/24/quatro-em-cada-10-moradores-de-campinas-eram-es- cravizados-em-1872-mostra-1o-censo-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CHAMPION, Tony; COOKE, Thomas; SHUTTLEWORTH, Ian. **Internal migration in the Developed World**. London: Routledge, 2017.

CUNHA, José Marcos Pinto da. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: Arretche, Marta (Org.). **Trajetórias da desigualdade**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. 1. 2015. São Paulo: Editora da Unesp, 489 p.

CUNHA, José Marcos Pinto da; STOCO, Sergio; DOTA, Ednelson Mariano; NEGREIROS, Rovená; MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/17490>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. **A discrepância entre os índices sobre a Região Metropolitana de Campinas e a realidade habitacional de Campinas**. 2016. 1 recurso online (233 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1629955>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DOTA, Ednelson Mariano. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Caminas**: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. 234 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625991>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 415-430, mai. 2019.

MATOS, Ralfo. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. **Cadernos da metrópole**, n.13, 2005.

MÓDENES, Juan Antonio. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. **Estudios Geográficos**, [S. l.], v. 69, n. 264, p. 157-178, 2008. DOI: 10.3989/egeogr.2008.i264.83. Disponível em:

<https://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/view/83>. Acesso em: 1 ago. 2025.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Información de los censos demográficos del Brasil sobre migraciones internas: críticas y sugerencias para el análisis. **Notas de Población**, San José, n. 88, p. 219-244, 2010.

RODRÍGUEZ, Jorge; BUSSO, Gustavo. **Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005**: un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países. Santiago de Chile, Chile: Cepal, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**: O Caso de São Paulo. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001.